

Alterações ao Regulamento n.º 359 do Conselho de Ministros, de 21 de junho de 2022, relativo ao procedimento de registo de animais de companhia

*Emitido nos termos do Artigo 25.º, n.ºs 6 e 6¹
da Lei da Medicina Veterinária.*

O Regulamento n.º 359 do Conselho de Ministros, de 21 de junho de 2022, relativo ao procedimento de registo de animais de companhia (Latvijas Vēstnesis, 2022, n.º 122) é alterado do seguinte modo:

1. A fundamentação da adoção de um ato jurídico tem a seguinte redação:

"Emitido nos termos do Artigo 25.º, n.ºs 6 e 6¹ da Lei da Medicina Veterinária."

2. É aditado o seguinte n.º 1.3:

«1.3) Exceções em que a marcação em microchip e o registo de gatos e furões de companhia não são obrigatórios;»

3. O n.º 3 é alterado e passa a ter a seguinte redação:

"3. A base de dados é um componente do sistema de informação estatal unificado "Sistema de informações do centro de dados da agricultura". A fim de assegurar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na legislação que rege o bem-estar e a proteção dos animais, um cão, gato e furão devem ser registados na base de dados.

4. O seguinte n.º 3.¹ é aditado:

"3.¹ Os gatos e furões domésticos provenientes de outro país devem ser registados na base de dados no prazo de 10 dias após a chegada.»

5. O seguinte n.º 3.² é aditado:

«3.² A marcação em chip e o registo de gatos e furões domésticos não são obrigatórios se:

3.².1. Não forem utilizados para reprodução;

3.².2 Não forem alienados;

3.².3. Não forem colocados num hotel para animais;

3.².4. Não participarem em exposições ou em qualquer outro evento público;

3.².5. O gato não vaguear livremente fora da área de vigilância do seu proprietário ou tutor;

3.².6. For um gato sem dono.»

6. Reformular o n.º 5 do seguinte modo:

"5. Os cães, gatos e furões colocados num abrigo para animais e não marcados com um microchip e registados numa base de dados devem ser marcados com um microchip e registados em conformidade com as disposições legislativas e os regulamentos relativos aos abrigos para animais e aos hotéis para animais.

7. É aditado o seguinte n.º 8.1.9:

«8.1.9. O número do microchip da mãe (se conhecido);»

8. O n.º 8.2.1 passa a ter a seguinte redação:

8.2.1. O(s) nome(s) próprio(s), apelido e número de identificação pessoal da pessoa singular (se não lhe tiver sido atribuído um número de identificação pessoal, a nacionalidade, o número e a data de emissão de um documento de identificação pessoal válido e a data de nascimento da pessoa) ou o nome e o número de registo da pessoa coletiva;

9. O n.º 8.3.1 passa a ter a seguinte redação:

8.3.1. O(s) nome(s) próprio(s), apelido e número de identificação pessoal da pessoa singular (se não lhe tiver sido atribuído um número de identificação pessoal, a nacionalidade, o número e a data de emissão de um documento de identificação pessoal válido e a data de nascimento da pessoa) ou o nome e o número de registo da pessoa coletiva;

10. Reformular o n.º 9 do seguinte modo:

"9. Se um veterinário em exercício verificar que um animal de companhia está marcado com um microchip e possui um passaporte para animais de companhia ou um certificado de vacinação, mas não está registado na base de dados, o veterinário em exercício deve comparar o número do microchip implantado no animal com o número inscrito no passaporte para animais de companhia ou no certificado de vacinação e registar o animal de companhia na base de dados, em conformidade com o n.º 8 do presente regulamento.

11. Reformular o n.º 10 do seguinte modo:

"10. Se um veterinário em exercício verificar que um animal doméstico (de companhia) está marcado com um microchip, mas não está registado na base de dados e não dispõe de um passaporte ou certificado de vacinação para o animal doméstico (de companhia), deve preparar e emitir um passaporte para o animal doméstico (de companhia) e, em conformidade com o ponto 8 do presente regulamento, registar o animal doméstico (de companhia) na base de dados.

12. É aditado o seguinte n.º 16,10:

16.10. O facto de o animal se reproduzir após cada nascimento da descendência, indicando a data de nascimento da descendência e o número de descendentes na ninhada;

13. É aditado o seguinte n.º 16,11:

No caso de um cão nascido antes de 31 de agosto de 2023, indicar se o animal é mantido amarrado.»

14. Reformular o n.º 17 do seguinte modo:

"17. O evento com o animal referido no n.º 16.1 do presente regulamento deve ser registado no prazo de 72 horas de uma das seguintes formas:

17.1. Presencialmente num veterinário em exercício, numa autarquia local, num centro de dados ou num centro unificado de apoio ao cliente do Estado e da autarquia local:

17.1.1. Pelo proprietário do animal ou pelo seu representante autorizado e pelo novo proprietário do animal que se apresentem;

17.1.2. Pelo proprietário do animal ou seu representante autorizado que se apresente pessoalmente e a apresentação das informações referidas no n.º 8.2 do presente regulamento, certificadas pelo proprietário do novo animal;

17.1.3. Pelo proprietário do animal ou pelo seu representante autorizado, que se apresente pessoalmente e indique o país em que o animal será mantido, bem como o(s) nome(s) próprio(s) e apelido do novo proprietário do animal, se o animal for mantido noutro país;

17.2. Pelo anterior e pelo novo proprietário do animal - pessoa singular (exceto não residente) - iniciando sessão no portal dos serviços da administração do Estado www.latvija.lv, introduzindo informações relativas à mudança de proprietário e tendo-as aprovado pelo novo proprietário;

17.3. Através do envio de um pedido assinado eletronicamente pelo proprietário do animal existente e do novo animal para o centro de dados ou instituição de prática médica veterinária com as informações referidas no n. 8.2 destes regulamentos;

17.4. Se o animal for transferido para outro país, o proprietário do animal ou o seu representante autorizado deve apresentar um pedido ao centro de dados, indicando o(s) nome(s) próprio(s) e apelido do novo proprietário e o país onde o animal será mantido.»

15. Reformular o n.º 18 do seguinte modo:

"18. O proprietário do animal ou a sua pessoa autorizada deve registar na base de dados as ocorrências referidas nos n.ºs 16.2, 16.3, 16.4, 16.8, 16.10 e 16.11 do presente regulamento no prazo de 72 horas após a ocorrência, de uma das seguintes formas:

18.1. No centro de dados;

- 18.2. Com um veterinário em exercício;
- 18.3. No Portal dos Serviços da Administração do Estado www.latvija.lv;
- 18.4. Com o município;
- 18.5. Com o centro unificado de atendimento ao cliente do Estado e das autarquias locais."

16. O n.º 22.4 é alterado e passa a ter a seguinte redação:

«22.4 Um animal doméstico (de companhia) é excluído da base de dados se não tiver sido registado na base qualquer acontecimento que envolva o animal nos 25 anos seguintes à sua data de nascimento;

17. O n.º 22.8 é alterado e passa a ter a seguinte redação:

«22.8 Colocar e manter no seu sítio da Web uma lista das instituições de prática veterinária com as quais tenha sido celebrado um contrato relativo à marcação e ao registo de animais de companhia na base de dados. O nome da instituição (para uma pessoa singular - nome próprio, apelido e número do certificado de prática veterinária), o endereço real, o número de telefone de contacto e o número no Registo de Objetos de Vigilância do Serviço Alimentar e Veterinário devem ser indicados na lista.

18. É aditado o seguinte n.º 26:

"26. Os pontos 8.1.9, 16.10 e 16.11 do presente regulamento entram em vigor em 1 de janeiro de 2025.